

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS / DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DE CÂMARA DO MANDATO 2021/2025.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois pelas onze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

- Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- Vereadores: José Gabriel Paixão Calixto
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
Alexandre Manuel Rosa Varela
Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
João António Velhinho Simões.

A reunião foi presidida por Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

O **senhor Presidente** começou por cumprimentar os senhores Vereadores e funcionários, e informou que as senhoras Vereadoras Florbela Fernandes e Patrícia Raposinho não iriam estar presentes na reunião, por razões de ordem pessoal. A senhora Vereadora Florbela Fernandes fez-se substituir pelo senhor Vereador João Simões. De seguida deu início à reunião.

I. PRESIDENTE DA CÂMARA

1.1. Prestação de Contas 2021.

O **senhor Presidente** apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021 e a respetiva aplicação do Resultado líquido do Exercício, bem como o seu envio à Assembleia Municipal de Évora para que esta delibere nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo conta o disposto no do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em matéria de documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais, apresentam-se, para aprovação e envio à Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas de 2021.

Nos documentos são efetuadas análises patrimoniais do ano 2021, com destaque para o Balanço, que apresenta um total do ativo de 179.997.799,99 €, com um património líquido de 103.824.055,33 € e um passivo de 76.173.744,66 €.

No que diz respeito aos rendimentos e gastos, apura-se que os mesmos ascenderam a 48.849.667,50 € e 53.242.231,12 € respetivamente. Nesta sequência apurou-se um resultado líquido do período negativo em 4.392.563,62 €. A variação dos fluxos de caixa é positiva em 1.848.338,91 €, pelo que existe um reforço da nossa tesouraria para um valor de 5.598.629,86 €, sendo que deste valor, apenas 4.823.492,51 €, representa saldo da execução orçamental, respeitando a diferença de 775.137,35 € a operações de tesouraria. Já ao nível do desempenho orçamental, conseguiu-se um valor de receita de 53.805.164,86 € e uma execução de despesa de 52.290.432,05 €.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora delibere:

- Aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano 2021 (que inclui, como documentos principais: O Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão; as Demonstrações Orçamentais e as Demonstrações Financeiras, bem como os Anexos e os restantes documentos de prestação de contas, conforme Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março, referente à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas e Resolução n.º 2/2021, publicada no, Diário da República n.º 248/2021, 2ª série, 24 de dezembro de 2021, relativa à prestação de contas relativas ao ano 2021;

- Que o resultado líquido do exercício de 2021, no valor negativo de 4.392.563,62 €, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados;

Submeter à Assembleia Municipal de Évora, para deliberação nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo conta o disposto no do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em matéria de documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais, apresentam-se, para aprovação e envio à Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas/2021.

Nos documentos são efetuadas análises patrimoniais do ano 2021, com destaque para o Balanço, que apresenta um total do ativo de 179.982.809,69 €, com um património líquido de 103.824.055,33 € e um passivo de 76.158.754,36 €.

No que diz respeito aos rendimentos e gastos, apura-se que os mesmos ascenderam a 48.849.667,50 € e 53.242.231,12 € respetivamente. Nesta sequência apurou-se um resultado líquido do período negativo em 4.392.563,62 €. A variação dos fluxos de caixa é positiva em 1.848.338,91 €, pelo que existe um reforço da nossa tesouraria para um valor de 5.598.629,86 €, sendo que deste valor, apenas 4.823.492,51 €, representa saldo da execução orçamental, respeitando a diferença de 775.137,35 € a operações de tesouraria. Já ao nível do desempenho orçamental, conseguiu-se um valor de receita de 53.805.164,86 € e uma execução de despesa de 52.290.432,05 €.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora delibere:

- Aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano 2021 (que inclui, como documentos principais: O Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão; as Demonstrações Orçamentais e as Demonstrações Financeiras, bem como os Anexos e os restantes documentos de prestação de contas, conforme Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março, referente à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas e Resolução n.º 2/2021, publicada no, Diário da República n.º 248/2021, 2ª série, 24 de dezembro de 2021, relativa à prestação de contas relativas ao ano 2021;

- Que o resultado líquido do exercício de 2021, no valor negativo de 4.392.563,62 €, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados;

- Submeter à Assembleia Municipal de Évora, para deliberação nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

Intervenções:

O **senhor Presidente** iniciou a apresentação da proposta de Prestação de Contas de 2021 dizendo que a situação é algo estranha porque se discute e delibera, com o novo Executivo, uma Prestação de Contas que se refere quase inteiramente ao período final do anterior mandato mas isso decorre do normal processo democrático.

O ano de 2021, disse, voltou a ser negativamente marcado pela pandemia COVID-19 que prolongou uma alteração profunda nas nossas vidas, no nosso funcionamento enquanto comunidade e na atividade do Município. O tema geral para 2021, “*Combater a Pandemia, Agir pelo Ambiente, Construir um Concelho Sustentável*”, centrou-se sobretudo no *Combate à Pandemia* que, por mais um ano, foi assumido como **a grande prioridade** e alargou, até onde necessário, o **Programa Municipal de Emergência COVID-19 / 2021**, focado na salvaguarda da saúde e da segurança de toda a população do concelho e dos trabalhadores do Município. Em particular, os primeiros meses do ano exigiram da parte do Município uma resposta excecional que foi dada com reconhecido êxito pelo que saudou todas e todos os trabalhadores do Município que se empenharam muito além da sua obrigação e honraram o serviço público que é razão de ser da Câmara Municipal. Esta resposta, sublinhou, está patente nos relatórios da Proteção Civil Municipal produzidos ao longo do ano.

O **senhor Presidente** abordou, então, o enquadramento político e social de 2021 que continuou marcado pelo enorme impacto negativo da pandemia COVID-19. Recordou que, em 2020 se registou uma fortíssima recessão económica, afetando em particular as micro, pequenas e médias empresas, fazendo disparar o desemprego e despoletando uma crise social de grandes dimensões. Referiu alguns dados da crise de 2020: o PIB registou uma quebra histórica de 7,6%, o desemprego aumentou para 6,8%, o nível da dívida pública atingiu 135,2% do PIB, um novo máximo histórico, a dívida privada continuou a agravar-se. Em 2021, já se registou alguma recuperação, abaixo dos valores pré-crise: o PIB cresceu 4,9%, sobretudo impulsionado pela procura interna, o desemprego situou-se em 6,6%, a dívida pública reduziu para 127,5% do PIB. Évora teve um comportamento melhor que as médias nacionais e da Região: o desemprego reduziu, a criação de emprego regressou, houve algumas melhorias nos rendimentos disponíveis.

Referiu, depois, outras condicionantes à ação municipal em 2021 expostas no Relatório de Gestão como o Orçamento de Estado para 2021 que não cumpriu integralmente a lei, nomeadamente, quanto à compensação pela isenção de IMI no Centro Histórico ou a restrição financeira decorrente dos compromissos para a recuperação das Contas Municipais. Salientou que 2020 foi o primeiro ano a liquidação do PAEL o que já permitiu, por exemplo, avançar com apoios financeiros como o caso dos Bombeiros Voluntários ou dos clubes desportivos ou de associações juvenis.

O **senhor Presidente** destacou que, no combate à pandemia COVID-19, foram essenciais as orientações assumidas pelo Município que, em clima de grande instabilidade, de medo coletivo, de tentativas de instrumentalização e populismos, de grande incerteza, foram determinantes para que a generalidade da população olhasse o Município como referência credível de informação e de orientação face à situação pandémica. Destacou algumas medidas decisivas assumidas pela Câmara Municipal:

- A continuidade da Estrutura Distrital de Acolhimento COVID-19, em parceria com o ACES/ARS, a Segurança Social, a Proteção Civil distrital, que deu apoio a mais de 120 utentes de todo o distrito;
- A Estrutura Municipal de Apoio ao Hospital, em parceria com o HESE, que evitou a rutura do HESE e deu apoio a mais de 100 doentes de todo o distrito;
- A continuidade da defesa da cooperação, no respeito pela autonomia própria, entre as diversas instituições e os diversos níveis de decisão com competências no âmbito da pandemia. A



prioridade ao trabalho coletivo no território do Alentejo Central e na Comissão Distrital de Proteção Civil, órgão regional primordial na abordagem e combate à pandemia;

- O reforço Programa Municipal de Emergência, suportado no trabalho da Equipa de Coordenação Municipal, e do Fundo de Emergência Municipal que, dotado inicialmente de € 500.000, atingiu € 1.200.000 de apoios diretos;
- Foram, ainda, aprovadas diversas medidas de apoio social e à atividade económica.

Para minorar o impacto da crise económica e apontar à recuperação, a Câmara Municipal entendeu reforçar, quando possível, os investimentos municipais e, deste modo, contribuir para salvaguardar o emprego e dinamizar a atividade económica. Realçou os seguintes investimentos:

- A continuação do Programa de Revalorização do Centro Histórico, com os investimentos incluídos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – no valor global de € 9,5 milhões de euros a executar até 2023. Salienta-se a requalificação do Palácio D. Manuel com a criação do Centro Interpretativo da Cidade (€ 1,5 milhões de euros), a reabilitação do Teatro Garcia Resende e a requalificação do estacionamento adjacente (€ 1,6 milhões de euros) e a recuperação do Salão Central (€ 2,5 milhões de euros). Recorda-se que uma das componentes deste Plano é o apoio à requalificação de edifícios de instituições e privados, com apoio do IFRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana;
- A continuação dos investimentos na área ambiental como o POCITYF ou a recuperação do Aqueduto da Água de Prata;
- A continuação da requalificação do Parque Escolar e das Piscinas Municipais;
- Os investimentos na área económica como o novo acesso do PITE à rotunda do Br. Almeirim, a aquisição de terrenos no PITE, a conclusão da Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- A continuação dos investimentos em equipamentos sociais como os Centros de Convívio de S. Miguel de Machede, do Bairro de Stº António e da Horta das Figueiras.

O **senhor Presidente** sublinhou a continuidade de diversas dificuldades em áreas muito sentidas pela população como a **rede viária** ou a **rede de abastecimento de água**, onde são necessários avultados investimentos que o Município só agora, recuperadas as Contas, começa a ter condições de perspetivar.

O **senhor Presidente** abordou, sinteticamente, as principais linhas da atividade municipal em 2021. Começou pela área “**Évora Participativa**” onde a pandemia continuou a impedir todo o programa participativo presencial que foi minorado, apesar de tudo, pelo uso de meios digitais. Ainda assim, foi possível garantir a conclusão de importantes processos participativos como o **Plano Municipal de Juventude**, o **Plano Estratégico do Aeródromo** ou o **Plano Estratégico de Évora**, tendo em vista a candidatura a Capital Europeia de Cultura. o funcionamento de alguns Conselhos e Comissões municipais. Na *Força de Trabalho do Município* salientou o prosseguimento dos processos de mobilidade interna valorizando vários trabalhadores, a atribuição pelos valores máximos do Subsídio de Penosidade e Insalubridade, a prossecução de novos concursos de pessoal com vista ao reequilíbrio, ainda que lento, do Mapa de Pessoal, essencial para a defesa, salvaguarda e melhoria dos serviços públicos.

Destacou a sub-função de *Finanças Municipais Saudáveis*, detendo-se nalguns indicadores económicos e financeiros estruturais.

Começou por reiterar o impacto negativo da pandemia nas receitas municipais bem como a necessidade de dirigir meios financeiros para o combate à pandemia, nomeadamente, o Fundo de Emergência Municipal e a atividade direta do Município que terá ultrapassado os € 3 milhões de euros. Ainda assim, foi possível prosseguir a recuperação das Contas do Município:

- A **dívida global** do Município regista, desde o início do penúltimo mandato (outubro/2013) até 31/12/2021, uma significativa redução global, de menos **-37.961.865,15 € (- 39,9 %)**. Em 2021, a redução global da dívida foi de **-3.161.835,61 €**.

- O **prazo médio de pagamento** a fornecedores que, em junho/2013, atingiu 867 dias, foi reduzido, face a 2013, em - 706 dias, ou seja, em menos 93,5%. Em 2021, face a 2020, houve uma redução de 28 dias.
 - O ano de 2021 terminou **sem pagamentos em atraso**, isto é, não havia dívidas vencidas superiores a 90 dias.
 - O **equilíbrio orçamental** aumentou, salientando que, em 2021, o Município apresenta um valor positivo de 6.957.360,71, recordando que, em final de 2013, existia um desequilíbrio orçamental negativo de - 9.548.693,31 €. Quanto ao **saldo orçamental**, em 2021, foi positivo em 9.339.356,46€ quando, em final de 2013, era negativo de - 7.675.842,57 €.
 - Quanto ao **equilíbrio económico** sublinhou que, devido à alteração de critérios em diversos agregados e rubricas do apuramento de resultados, traduzidos na Demonstração de Resultados e no Balanço, que os resultados, quer os operacionais quer os líquidos, se tornam diretamente incomparáveis. Deu um exemplo: a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” em que a aplicação do SNC-AP obriga a diminuir o número de anos de vida útil de um conjunto de ativos, passando alguns de 80 anos para 50 anos; devido a essa decisão administrativa, os custos de amortização, dispararam; no, caso, em 2019, esta rubrica apresentava um valor de € 6.937.661,84 tendo crescido, apenas por alteração de critério, para € 9.478.139,69, isto é, mais € 2.540.477,85.
 - Em 2021, os “**resultados antes de depreciações e gastos de financiamento**” são largamente positivos: € 6.187.348,84; o “**resultado operacional**” devido à pandemia mas, sobretudo, a alteração administrativa imposta pelo SNC-AP, apresenta um valor negativo, de - € 3.290.790,85, o qual se retirado o valor de alteração de critério de € 2.540.477,85, atrás referido, é corrigido para - € 750.313; o “**resultado líquido**” negativo de € 4.393.563,62, se corrigido por aquele valor, é reduzido para - € 1.853.085,77.
- Reafirmou que a consolidação da tendência positiva verificada desde 2013 exige a resolução do principal fator de desequilíbrio económico que se prolonga: a inserção no sistema multimunicipal de água e saneamento com a empresa AdVT.
- Quanto ao **limite de endividamento** lembrou que, no início do penúltimo mandato, em 2013, o limite de endividamento apresentava um enorme excesso de € 32,6 milhões de euros. Em 2020, pela primeira vez, desaparece o excesso de endividamento e, pelo contrário, o Município ganha uma capacidade de endividamento de € 4.948.806. Em 2021, a capacidade de endividamento aumenta para € 7.974.708, mais € 3.025.902, mais 61,1% que em 2020.

O **senhor Presidente** salientou, ainda, o reforço das verbas de apoio à descentralização do Município para as Freguesias bem como o acordo que permitirá aumentar em 18% aquele apoio financeiro em 2022. Realçou que, ainda muito limitado pelas restrições financeiras, a Câmara Municipal aumentou os apoios financeiros ao Movimento Associativo, pelo segundo ano após a liquidação do PAEL. Após o corte verificado em 2009, a Câmara Municipal voltou a apoiar financeiramente os Bombeiros Voluntários, os clubes desportivos e as associações juvenis, apoio fundamental no contexto de fragilidade causado pela pandemia.

O **senhor Presidente** abordou, de seguida, a área denominada “**Évora Criativa**” começando pela área da cultura e do património. Referiu a continuidade do impacto negativo da pandemia que, contudo, começou a recuperar lentamente e com muitas dificuldades. A Câmara Municipal assegurou os eventos possíveis, prosseguiu programas por via digital, garantiu apoios e procurou minimizar as consequências da pandemia. Destacou a conclusão e entrega do “bidbook” da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura/2027, saudando a capacidade de trabalho da Equipa de Missão e da Comissão Executiva.

Quanto à **área económica** recordou a recessão económica vinda de 2020 que afetou, em particular micro e pequenas empresas e comércio local. Contudo, a partir da Páscoa de 2021, registou-se um progressivo retomar da atividade económica. Referiu que, apesar da pandemia, se

continuaram a registar intenções de investimento e investimentos significativos no concelho como a transferência da operação da Mecachrome para Évora, na aeronáutica, o investimento de quase 40 milhões de euros do grupo Hilton em 2 hotéis, os investimentos no agro-alimentar com um Lagar perto da Vendinha, uma Fábrica transformação de nozes junto à Torre dos Coelhoiros ou a expansão da fábrica de transformação de amêndoa na Azaruja; ou, ainda os investimentos em energia renovável. Salientou o investimento numa nova unidade produtiva de componentes elétricos da Tyco que amplia significativamente a presença daquela empresa estruturante em Évora.

O **senhor Presidente** referiu-se a área “*Évora Solidária*”. Começou pela componente *Lutar pela Região e pela coesão regional*, onde o município participou em iniciativas e parcerias diversas em prol do Alentejo, com destaque para o combate à pandemia COVID-19 mas, também, outras iniciativas ligadas ao desenvolvimento do Alentejo, como a exigência e colaboração para a construção do Hospital Central do Alentejo, que finalmente iniciou a obra, ou a ligação ferroviária Sines / Évora / Espanha, com o trabalho para garantir um terminal de mercadorias que sirva Évora e a região.

Na *Educação Pública para a Cidadania*, destacou as alterações negativas impostas pela pandemia COVID-19, salientando que as aulas por via digital penalizaram os estudantes de menores recursos económicos, para além de outras consequências ainda por apurar em pleno. Continuou o plano de investimentos nas escolas e, ainda, a reivindicação e proposta para a reabilitação urgentes da Escola Secundária André de Gouveia e Escola de Santa Clara, tendo, no atual mandato concretizado uma proposta de disponibilidade da Câmara Municipal para assumir aqueles projetos e aquelas obras e, ainda, a ajuda ao Governo a resolver o problema do amianto naquelas escolas.

No *Combate aos Problemas Sociais*, destacou todo o trabalho no âmbito da pandemia COVID-19, com o reforço de estruturas e programas de apoio social e, ainda, o trabalho da Rede Social e das Unidades de Rede, o Plano Integrado de Apoio Social, o regulamento para a melhoria das condições de habitabilidade e o papel da Habévora. Sublinhou que a crise social decorrente da pandemia aumentou a pobreza já existente, as dificuldades de acesso a habitação condigna de muitas famílias. Contudo, a partir do 2º trimestre, a situação começou a melhorar ainda que muito lentamente.

Na área da *Saúde Pública*, abordou a crise pandémica, valorizando o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal no apoio aos doentes de lares residenciais, nomeadamente, com a Estrutura de Acolhimento Residencial que funcionou numa residência cedida, com contrapartida financeira, pela Universidade de Évora que assistiu 100 doentes de todo o distrito e com a criação da Estrutura Municipal de Apoio ao Hospital, EMAH, que permitiu que o Hospital do Espírito Santo não entrasse em rutura e acolheu 120 doentes do Alentejo Central. Destacou, ainda, diversos apoios à população, em particular, a idosos e instituições, no âmbito do combate à pandemia. Lembrou que se registaram dificuldades e mesmo impedimentos vários no acesso à saúde, quer pela prioridade dada à pandemia, quer pela falta de profissionais, quer pelo insuficiente investimento por parte do Estado e sublinhou a importância da exigência do Município na reabertura das Extensões de Saúde nas freguesias rurais.

Na área do *Desporto*, salientou a grande quebra da atividade decorrente da pandemia, as dificuldades dos clubes, associações e atletas bem como a retoma que se foi verificando a partir do 2º trimestre. O Município atribuiu apoios financeiros pela segunda vez desde 2009, o que só foi possível pela recuperação das Contas do Município. Este apoio foi essencial para os clubes e associações minorarem a quebra de receitas.

Na área da *Juventude*, destacou a continuidade do trabalho no seio do Conselho Municipal de Juventude e, em particular, a conclusão, com grande participação das associações juvenis do Plano Municipal de Juventude, aprovado por unanimidade no Conselho Municipal.

O **senhor Presidente** abordou a “*Évora Sustentável*” onde, no *Ordenamento do Território e Urbanismo*, referiu a continuidade dos trabalhos para a revisão do PU e da alteração do PDM. Quanto à *habitação*, destacou o início da concretização da Estratégia e do Plano Local de Habitação.

Relevou a elaboração em curso do Plano de Mobilidade Sustentável, instrumento decisivo para um salto qualitativo na mobilidade mas, também, na qualidade de vida urbana, apontada aos desafios do futuro como as alterações climáticas.

Na área do *Ambiente e Sustentabilidade*, o **senhor Presidente** voltou a referir os problemas decorrentes da integração do Município no sistema multimunicipal das Águas do Vale do Tejo, reafirmando que o problema é político dado que o Governo recusa cumprir a vontade deliberada pelo Município de sair daquele sistema e recuperar as suas legítimas competências nesta matéria. Sublinhou o problema estrutural, que é nacional, da necessidade de investimento de requalificação das redes de água e saneamento em baixa que continua sem perspectiva e a penalizar os Municípios que legitimamente pretendem garantir a gestão municipal daquelas redes. Abordou, ainda, a limpeza e higiene públicas para dizer que se deu um importante salto qualitativo para a sua melhoria, ainda que se continuem a registar dificuldades, sobretudo, devido a comportamentos indesejáveis como os depósitos ilegais de lixo, mais de 4.200 em 2021.

Na área da *Proteção Civil e a Segurança*, elogiou a capacidade e eficácia do Serviço Municipal de Proteção Civil, e do seu Coordenador Joaquim Piteira, que deram uma resposta excepcional no combate à pandemia, relevou ainda o apoio dado aos Bombeiros Voluntários nomeadamente, com a atualização do novo Protocolo, assinado em 2020 e que cumpriu o compromisso de, recuperadas as Contas do Município, ser a primeira instituição a ter apoio financeiro e a normalizar os apoios municipais que, em 2021, ultrapassaram os 100 mil euros. Notou que se mantiveram baixos níveis de criminalidade que, contudo, não devem ocultar alguns problemas localizados que se fazem sentir.

O **senhor Presidente** referiu-se, ainda, ao parecer da ROC, considerando que, em geral, comprova as Contas Municipais. Contudo, há uma referência à Tesouraria que, no ano passado já foi objeto de uma verificação, e que considera ser necessário clarificar e resolver de vez pelo que vai determinar medidas específicas.

O **senhor Presidente** concluiu afirmando que a atividade municipal, em 2021, foi muito prejudicada pela pandemia COVID-19. Esta continuou como principal prioridade do Município, o qual assegurou uma resposta eficaz, inovadora, serena e credível que a população assumiu como referência de verdade e rigor. Apesar da pandemia, o Município deu continuidade ao trabalho e investimento noutras áreas, e apesar das dificuldades e problemas identificados, deu um contributo decisivo para a retoma verificada no Município e do concelho, nomeadamente, com a salvaguarda do equilíbrio financeiro e económico e a tendência para melhoria das Contas do Município.

O **senhor Presidente** concluiu, saudando os trabalhadores da Câmara Municipal que asseguraram toda esta intensa atividade municipal, dizendo que o Município deu um importante contributo para salvaguarda da saúde e segurança da população no âmbito da pandemia COVID-19 e para que se retomasse o desenvolvimento e a melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos e de Évora.

Os senhores Vereadores José Calixto e Lurdes Nico, fizeram a seguinte intervenção:

Começamos por reafirmar o **nosso sentido de responsabilidade na oposição política que desempenhamos por vontade dos Eborenses e de lealdade institucional com que estamos e estaremos na política autárquica**. São estes princípios que sempre nos levarão a honrar o nosso **compromisso com os Eborenses e com Évora**, porque acreditamos que fazer política com



elevação é, tão somente, resolver os problemas das pessoas, das empresas e das instituições. É esse o grande compromisso do programa autárquico **Valorizar Évora**.

Assim, os eleitos na Câmara Municipal de Évora pelo Partido Socialista receberam, no **dia 22 de abril**, os relatórios finais das Atividades e de Contas do exercício económico e financeiro de 2021 do Município de Évora, bem como o respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas.

Apesar deste ser um período sobre o qual, maioritariamente, não temos responsabilidades diretas, encaramos o respetivo processo de análise, discussão e deliberação como mais uma oportunidade de fazer valer os argumentos que acreditamos serem os melhores para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Évora. Nunca nos distrairemos com populismos, votando num sentido e argumentando noutros em contrário para, digamos, “agradar simpaticamente a todos”. Acreditamos totalmente na sabedoria do Povo que temos a responsabilidades de ajudar a governar.

Consideramos que este projeto de gestão autárquica comunista não defende minimamente os superiores interesses do Concelho de Évora; apesar disso, reconhecemos que foi aquele que os Eborenses validaram para o mandato autárquico 2017-2021. **Respeitamos democraticamente esse facto, abstendo-nos.** No entanto, **devemos aos Eborenses a exposição da presente declaração de voto.**

Uma primeira referência para o facto do ano 2021, tal como aconteceu em 2020, ter continuado a **ser dramaticamente marcado pela pandemia COVID-19 que tem vindo a martirizar toda a Humanidade.** Enquanto Autarcas, todos democraticamente eleitos pelo Povo, sempre acompanhados pelos trabalhadores do Município de Évora, **estivemos todos do mesmo lado**, a lutar contra perigos desconhecidos, que tiraram a vida a muitos dos nossos concidadãos e, durante boa parte deste tempo pandémico, não tivemos os instrumentos de combate ao vírus que a ciência acabou por nos proporcionar, apesar de tudo, em tempo recorde.

Há pouco tempo era inimaginável que, **enquanto Autarcas, tínhamos que estar na linha da frente a apoiar as nossas comunidades e a lutar contra esta terrível doença.** Agimos em muitas frentes:

- na criação de condições e no encontrar de recursos para que o **Hospital Central do Espírito Santo (HESE) pudesse ter muito mais capacidade de ventilação**, indispensável para salvar muitas vidas humanas;
- no apoio de imediato a toda a comunidade, principalmente os **mais vulneráveis, a terem acesso a equipamentos de proteção individual (EPI's)**, em circunstâncias tremendamente adversas de acesso a este tipo de equipamentos;
- na **aplicação de recursos municipais no processo de testagem precoce em utentes e trabalhadores de ERPI's e UCCI's;**
- no **apoio ao HESE no processo de importação de 20.000 zaragatoas**, sem as quais teríamos um gravíssimo problema logo no início da pandemia;
- na aplicação de recursos municipais no **apoio extraordinário a pessoas, empresas e instituições, principalmente da economia social**, embora possamos discordar do grau de apoio prestado pela CME, pois consideramos que foi claramente insuficiente;
- na **criação de infraestruturas de retaguarda para apoio a ERPI's, na testagem e, finalmente, na vacinação** de toda a população;
- e em tantas outras ações de gestão de crise que o Poder Local teve que executar.

Sentimos uma imensa dor pelas vidas que se perderam, mas também temos a consciência tranquila por todas estas missões que cumprimos, 24 horas por dia. No entanto, este trabalho **teria sido inglório se não tivéssemos ao nosso lado os servidores públicos dedicados que foram todos os TRABALHADORES MUNICIPAIS envolvidos neste combate.** A todos muito obrigado pela vossa dedicação, nestas condições tão perigosas em termos de saúde pública!

Devemos deixar também uma **palavra de incentivo e de saudação à equipa de missão da Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027**, pela passagem à fase seguinte deste processo. Este deve ser um **objetivo estratégico que nos deve mobilizar a todos e pelo qual devemos lutar em uníssono**.

Relativamente à **atividade municipal** respeitamos todo o trabalho executado no presente exercício, mas **separa-nos uma enorme ambição de fazer muito mais e melhor para valorizar o nosso Concelho**.

Temos hoje a noção que o Mundo mudou e Évora estagnou!

Discute-se há décadas a evolução e a responsabilidade da **dívida municipal**, a qual é apresentada **erradamente como motivo para um desaproveitamento histórico de recursos comunitários e nacionais** e de falta de capacidade de investimento e de apoio ao tecido empresarial e ao movimento associativo. Esta gestão comunista da Câmara Municipal de Évora, continua mais interessada em criar narrativas sobre a responsabilidade da sua gestão do que em planear, projetar e executar investimento que permitam atingir um elevado nível de desenvolvimento sustentável para o nosso Concelho.

Relativamente à evolução da dívida municipal, os Autarcas Socialistas nunca abdicarão da verdade, validada pelos sucessivos relatórios do ROC. Assim:

- receberam uma Autarquia em **2005 com 70 milhões de euros** de endividamento e uma gestão comunista de Abílio Fernandes, que deixou obra;
- a gestão das equipas do socialista José Ernesto de Oliveira, continuaram intensamente essa obra e saíram, **em 2013, com 74,6 milhões de euros**, demonstrados tecnicamente pelo relatório do ROC desse ano (*ver página 17 deste documento oficial, onde se confirma que a dívida ajustada, pelo recebimento da verba do PAEL só usada em 2014, deverá ser considerada pelo valor de 74.584.959 euros*); e
- chegamos às contas de **2021 com 57,3 milhões de euros** de dívida municipal, mas sem quaisquer investimentos estruturantes nos últimos 8 anos. A este endividamento deve ser acrescentado, nos termos do novo SNC-AP, o valor de 5 milhões de euros relativos ao contrato de eficiência energética e referido que os compromissos futuros da CME com obrigação se situam nos 57,2 milhões de euros.

Consideramos que a redução de endividamento era necessária. No entanto, ela não foi obtida através de uma forte captação de recursos comunitários e nacionais, como aconteceu em muitos Municípios. Por esse motivo, temos hoje no nosso Concelho enormes passivos para a vida das pessoas, das empresas e do movimento associativo:

- as nossas vias rodoviárias encontram-se bastantes degradadas;
- o parque escolar está a necessitar de investimentos significativos;
- temos uma gestão urbanística que tem tornado a Câmara Municipal de Évora na principal responsável pela atual situação de falta de habitação no concelho e pela falta de atratividade para alguns investimentos e empresas optarem por Évora;
- verifica-se a ausência de investimentos estruturais em termos de criação de modernas faixas de mobilidade urbana, suave e segura;
- tem sido alarmante o desinvestimento na única Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Cidade e de todo o Concelho;
- existem no nosso Concelho populações sem qualquer qualidade no abastecimento de água para consumo humano (nomeadamente São Manços, Canaviais, Carvalhas);
- verifica-se um acentuado desleixe e degradação na gestão do espaço público;
- constatamos uma forma de gerir a atividade cultural no Conselho pouco transparente, com a Autarquia a querer, vezes demais, substituir-se aos agentes culturais;



- existe uma ausência de ações estratégicas na promoção territorial do concelho, nomeadamente em termos económicos e turísticos.

Tudo por inação, pura opção política e falta de sensibilidade para a urgente e criteriosa resolução destes e de outros graves problemas e atrasos estruturais do Concelho.

A agravar este cenário verifica-se nesta prestação de contas, uma vez mais, um **nível global de aquisição de bens de capital muito aquém dos valores orçamentados, denunciando a fraca execução de participações de fundos comunitários disponíveis, nomeadamente no âmbito do atual programa operacional regional Alentejo 2020**. Com o atual quadro comunitário de apoio quase a terminar, o Município de Évora apresenta uma execução global pouco abaixo de 70%.

É, assim, fácil compreendermos o “empobrecimento” acentuado das contas municipais, reflexo desta falta de investimento municipal.

Os Ativos da Câmara Municipal de Évora situavam-se em 222 milhões de Euros em dezembro de 2013. Em 2021 registam uma quebra acentuada de 42 milhões de euros (-19%), situando-se ligeiramente abaixo dos **180 milhões de euros**. Este facto, que nunca aparece nas análises da evolução da dívida municipal, **significa que as infraestruturas municipais, para além de não crescerem, estão-se a degradar.**

Igualmente nunca vemos referido que as participações anuais diretas do Orçamento do Estado transferidas para o Município de Évora eram, em média, de cerca de **13 milhões de euros anuais nos anos finais dos mandatos autárquicos socialistas**. A Lei do Orçamento de Estado de 2021 previa um valor de **18,3 milhões de euros**.

Uma referência, apenas contabilística, para o **resultado líquido do exercício de 2021 que voltou a ser negativo em 4.4 milhões de euros**. Nos últimos dois mandatos este indicador foi sempre negativo (exceção para o ano de 2018), **acumulando um valor de 29 milhões de euros negativos**.

Tendo em atenção todos estes termos, como poderíamos votar favoravelmente a prestação de contas de 2021?

Queremos ainda deixar três apelos finais:

- a. **passarmos a ter níveis mais significativos de transparência na informação municipal**, quer a que é fornecida a todos os eleitos locais (já por inúmeras vezes solicitada), quer a que é disponibilizada publicamente;
- b. **a extrema prioridade que deve assumir para a atual gestão autárquica dos dois eleitos da CDU a revisão de documentos estratégicos fundamentais para o concelho**, nomeadamente o PDU, o PUÉ, o Plano de mobilidade, entre outros;
- c. **a implementação urgente de melhorias significativas no atendimento** aos munícipes, empresas, investidores, movimento associativo e outras instituições.

Consideramos, igualmente, fundamental começarem a ser concluídos e apresentados para deliberação da CME, todos os projetos técnicos que permitam aos **Eborenses começarem a ver no terreno o aproveitamento do financiamento de quase 60 milhões de euros de fundos Comunitário e do Governo de Portugal, planeados no Plano Local de Habitação**.

Terminamos com uma **calorosa saudação a todos os trabalhadores municipais** pelo desempenho dedicado e competente ao longo deste difícil ano de 2021.

O senhor Vereador Henrique Sim Sim fez a seguinte intervenção:

Genericamente verifica-se que a execução do Plano de Atividades de 2021 corresponde à visão de sociedade e à capacidade de execução do atual executivo CDU, bem como das suas prioridades.

Continuamos a verificar, por um lado, que a sociedade civil continua a ser o parente pobre desta governação, com apoios muito reduzidos ao tecido associativo (apenas 200 mil euros), a

Associação Humanitária dos Bombeiros continua apoios insuficientes face às suas necessidades, a quase inexistência de políticas e atividades na área da juventude, com um Plano, na nossa opinião, pouco ambicioso e que não responde globalmente aos desafios dos nossos jovens, o pouco apoio promoção da atividade económica, eixos fundamentais para a constituição de uma sociedade mais dinâmica, mais vibrante, mais criativa e mobilizadora, criadora de riqueza e que possibilita maior redistribuição e é, por isso, mais socialmente justa e que permite perceber um futuro mais ambicioso.

Ainda sobre a participação cívica, verificamos que a Comissão Municipal de Arte Arqueologia e Defesa do Património não reuniram, assim como o Conselho Municipal de Segurança, e que outros Conselhos, designadamente o Social, teve uma dinâmica mais ativa, apesar de se ter diminuído, em 2020 e 2021, o número de reuniões periódicas previstas de mensais para trimestrais.

Uma nota positiva para a resposta sanitária à Covid-19, quer ao nível do Município, da CIMAC, das instituições sociais locais, da administração regional de saúde, bem como de muitos voluntários que apoiaram o combate à pandemia nas suas diferentes fases.

Todavia, na nossa opinião, as medidas de resposta à crise na dimensão económica local não foram tão longe como gostaríamos e conforme conjunto de 10 propostas concretas que apresentámos e que, no nosso entender, apoiaria de forma mais substancial as nossas empresas e organizações

Continuamos a verificar que Planos estratégicos com o Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico só tardiamente avançou, que a alteração ao PDM foi tardiamente iniciada e não suficientemente discutida nem comunicada. Vemos avançar o Plano de Mobilidade Sustentável, o que é positivo, mas pouco se avançou na mobilidade suave e sustentável no município, com exceção feita à ligação entre Centro Histórico e Bacelo. Simultaneamente, é importante avançar em 2022 no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, como já aprovado.

Nota positiva para o trabalho da Comissão Executiva de Évora Cidade Candidata a Capital Europeia da Cultura, apesar de ser necessário maior participação e envolvimento dos Eborenses e das suas instituições, como temos vindo a afirmar.

Continuamos a verificar uma enorme despesa na área da cultural, substituindo-se o Município muitas vezes aos agentes culturais, devendo, no nosso entender, o Município promover mais iniciativas em parceria, maior autonomia dos criadores e dos produtores culturais, fazendo mais com, eventualmente, menos recursos, e de forma mais transparente.

A afirmação de Évora cultural é estratégica, mas o Município deve apoiar, ser parceiro e incentivar a autonomia das organizações, e não se constituir como o principal programador cultural do concelho.

Relatório de Gestão

Sobre a execução Orçamental, verifica-se o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental e dos rácios de Endividamento, o que é naturalmente positivo.

Verificamos, todavia, que os **resultados operacionais do exercício e o resultado líquido** se agravaram comparativamente a 2020, o que é explicado, em parte, pelas alterações no sistema de contabilização, mas será necessário manter uma forte atenção a estes indicadores.



É muito importante o **aumento da capacidade de endividamento**, que neste momento se situa nos cerca de 8 milhões de euros, devendo ser criteriosa a sua aplicação, dando resposta à execução de investimentos para responder às necessidades básicas da população em alguns casos – como seja o acesso à água - bem como nas infraestruturas rodoviárias, assim como, na contrapartida nacional de projetos financiados.

O Executivo continua a fazer a sua argumentação com dados de 2013 e 2014, sendo que estamos em 2021, há que olhar mais para o futuro e não tanto para o passado, apesar do passado não poder ser esquecido, pois os eborenses, apesar de tudo, continuam a pagar impostos e taxas altíssimas. Efetivamente, em 2021, os Eborenses pagaram, de Impostos Diretos, mais de 16 milhões de euros, dos valores mais altos dos últimos anos.

Contudo, é importante realçar que a derrama, imposto municipal relativo ao lucro tributável das pessoas coletivas, e que portanto espelha, de alguma forma a dinâmica económica, registou um decréscimo de 298.524,33 € face ao ano anterior, sendo o valor mais reduzido nos últimos 5 anos, o que sugere, claramente, uma **frágil saúde da economia local** e que não é totalmente explicada pela pandemia, pois os valores foram, ainda assim, inferiores aos 2020. Aliás, verifica-se que a Função Económica recebeu apenas 12% do valor global da despesa, sendo que o Turismo e Comércio, ativos claramente estratégicos para a nossa cidade e concelho, mereceu da autarquia apenas a despesa de 95 mil euros.

É preciso o contrário, é preciso um estímulo à nossa economia local para criar riqueza, emprego qualificado e bem pago e, assim, obter mais receita através da derrama para poder continuar a promover a justiça social. As propostas que apresentámos em GOP 2022 vão, precisamente, nesse sentido.

Nas receitas, destaque ainda para a baixa execução de projetos financiados, tendo-se verificado menos 40% do total global previsto, o que é bastante significativo. É importante garantir a adequada execução dos fundos comunitários disponíveis, não desperdiçando mais oportunidades e financiamento.

A redução global da dívida de 3,16 milhões é um passo importante, e deve o Município continuar no caminho de redução da sua dívida sem, no entanto, deixar de acudir às necessidades básicas do concelho, bem como proceder ao investimento de novos investimentos estruturantes.

Apesar do valor de investimento vir crescendo nos últimos anos, ainda é um valor muito baixo para as necessidades e ambição de Évora, devendo ter sido feito um esforço maior para, pelo menos, cumprir o Orçamentado, mas ir, certamente, bem além do que temos visto nos últimos anos.

Não se pode, por outro lado, referir que “o aumento do investimento público municipal prosseguiu e se afirmou como uma das importantes respostas à crise económica e social” quando as empresas, e trabalhadores, que têm estado a trabalhar em Évora são praticamente todas de fora do nosso concelho e quando os edifícios objeto de intervenção não são sido suficientemente dinamizados, como seja o caso do Teatro Garcia do Resende ou o Centro Interpretativo do Palácio D. Manuel, os quais, apesar do investimento, mantêm a sua programação regular sem qualquer rasgo diferenciador no quotidiano local ou regional, nacional ou internacional.

Por outro lado, o investimento nas infraestruturas rodoviárias foi quase inexistente – exceção à ligação do PITE – e o investimento necessário para resolver algumas situações de acesso básico à água – Canaviais, S. Manços, Castelos...- ficou por executar ou foi apenas superficialmente realizado. Continuaram sem se executar obras importantes como a Escola Secundária André de Gouveia.

Sobre o pessoal, continua a verificar-se um peso percentual significativo na estrutura de custos, mesmo sabendo que a maioria receberá valores perto do salário mínimo. Verifica-se que o

número de trabalhadores (1023) é o mais elevado nos últimos 8 anos, sendo preciso voltar a 2013/2014 para verificar um número similar.

Chamamos a atenção para este facto, pois esta será uma rúbrica que se consolidando é de difícil inversão em tempos difíceis como os que se podem aproximar. A substituição por outsourcing poderia ser uma opção em diferentes áreas, tornando a estrutura mais ágil, criativa, responsiva e com menor rigidez e peso orçamental, para além de estimular a economia local e a criação de emprego qualificado.

Sobre a Águas Vale do Tejo, continua a argumentar-se que “o principal problema continua a ser a inclusão do Município, em 2002, no sistema multimunicipal de água e saneamento e o contrato decorrente”, sem nunca se apresentar dados concretos dos valores a suportar pela autarquia caso o sistema em alta estivesse nas suas mãos. Teria o Município capacidade de conservar e investir no mesmo? Seria esta a melhor opção? Como está o investimento da água em baixa? Ao contrário, verifica-se que é esta empresa que procede ao maior investimento para resolução do problema dos Canaviais, bem como no investimento de nova adutora.

É preciso, com verdade e sem dogmas ideológicos, proceder à avaliação custo-benefício desta concessão, conforme temos vindo a referir, e, em função dessa avaliação rigorosa, proceder à decisão estratégica de manter este contrato, exigindo maior investimento, ou proceder à sua resolução de imediato.

Sobre urbanismo, e apesar de se referir um conjunto de atividades realizadas, continuamos a verificar, na prática um conjunto diário de queixa e reclamações neste sentido. O apregoado “trabalho de intervenção em loteamentos privados inacabados, no sentido de se procurar garantir os obras em falta e que afetam centenas de moradores” parece não existir também, sendo este um problema muito relevante para o qual temos vindo a chamar a atenção regularmente. Esperamos que em 2022 seja dado um claro avanço neste sentido.

O problema da habitação em Évora continua a ser muito sério, não se verificando, em 2021, ações concretas nesse sentido, assim como na reabilitação da habitação social, exceção feita no bairro das coronheiras.

Também o Programa Instalações Municipais, que previa, entre outros, “a melhoria, requalificação, reestruturação e rentabilização do património imobiliário municipal”, o novo edifício para Habévora e ainda o fim das instalações indignas dos serviços de Higiene e Limpeza no Largo Machede Velho, continua por executar, assim como as melhorias no Parque de Materiais

Sobre Higiene e Limpeza, é referido que em 2021 se procedeu à “melhoria da limpeza e higiene publicas prosseguiu com o Plano de Higiene e Limpeza, alterações na organização interna municipal do sector, novas contratações de trabalhadores, novos investimentos”, todavia, não é isso que os eborenses sentem e vêem, é necessário proceder a um trabalho muito mais incisivo nesta área.

Sobre Preservação do Meio Ambiente, foi praticamente inexistente o desenvolvimento de iniciativas por parte do Município, não se tendo verificado a reflorestação do Alto de S. Bento, como temos vindo a reclamar e com estava previsto em Plano de Atividades.

Sobre a valorização do Cromeleque dos Almendres, e apesar de protocolado em Março, e da Anta Grande do Zambujeiro e para a requalificação das termas romanas, também pouco se avançou.

Em suma, iremos votar abstenção neste Relatório e Contas, considerando que o mesmo reporta efetivamente as atividades realizadas pelo município, assim como é transparente quanto às contas apresentadas, todavia, não podemos caucionar com o nosso voto favorável uma ação e política municipal pouco ambiciosa e que não serve, cabalmente e na nossa opinião, os interesses dos Eborenses.

O senhor Vereador João Simões fez a seguinte intervenção:

O Movimento Cuidar de Évora vota favoravelmente ao Relatório de Gestão das Contas da Câmara em 2021, porque entende que os documentos apresentados correspondem àquilo que foi a gestão da Câmara Municipal em 2021, e que já tínhamos verificado. O voto favorável resulta do facto de considerarmos a abstenção como um voto que não é útil à transparência na relação que queremos ter com os nossos municípios.

De facto pouco ou nada tivemos a ver com a capacidade de execução e gestão das contas do Município porque só tomámos posse no último trimestre do ano 2021, contudo consideramos importante que o nosso voto reflita a nossa posição de não estar na política do faz de conta. Ou seja, o Relatório não reflete a nossa atuação, porque não estivemos presentes, mas reflete exatamente aquilo que foi a nossa avaliação sobre a gestão do Município pela anterior Câmara de maioria CDU, durante a campanha eleitoral.

Se concordamos com as prioridades e escolhas feitas? Não concordamos. Pelo menos com a sua esmagadora maioria. Contudo o Relatório, subscrito pela ROC está legal e reflete exatamente o que sempre transmitimos às pessoas, isto é, a Câmara Municipal encontra-se numa situação financeira grave, estruturalmente deficitária, em cerca de 20 milhões, que se “mascaram” há décadas nos documentos oficiais, porque a lei exige que o saldo das receitas e das despesas, na Administração Pública Local, seja zero.

Numa avaliação global e geral o presente Relatório de Gestão de Contas de 2021, não retira preocupação ao MCE, antes pelo contrário, mantém todas as preocupações e reservas, com a resposta ao desequilíbrio financeiro, estrutural, do Município. Uma das principais condicionantes da ação da Câmara e que continua.

A receita efetivamente cobrada/arrecada em 2021, (cerca de 57 Milhões) é inferior ao orçamentado para este ano 2022 (65 Milhões) em 8 milhões. Agir neste défice, na sua redução, é fulcral para combater o desequilíbrio estrutural da Câmara. Agir neste défice é cortar na despesa corrente e aumentar as receitas efetivamente cobradas pelo Município. Não existe outra forma. Ir à banca, só deveria ser opção se o destino dessas verbas fossem investimento, nunca para pagar despesa corrente, como aconteceu e acontece, por exemplo, com pagamento a fornecedores (PAEL), com destaque para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

É verdade que os números apresentados tentam demonstrar uma condição que no nosso entender não corresponde à realidade, colocando-nos inúmeras interrogações, como a incorporação de Saldos de Gerência: se há saldo de gerência significa que recebemos mais verbas do que as que gastámos, a ser verdade e queremos acreditar que sim, o que aconteceu para não se terem executado todas as receitas?

Outra preocupação. Se começamos um ano com um Orçamento aprovado de 65 milhões (igual ao orçamento corrigido de 2021), que ainda não incorporou o saldo de gerência de 2021 (em cerca de 5 milhões e meio), é sinal que vamos ter, a meio deste ano, um Orçamento de 2022 corrigido de 70 Milhões?!?! Muito preocupante!

A Câmara não executa mais de 5 milhões de despesa programada desde 2020. Isto é, o Orçamento de 2021 inicialmente era de 61 milhões (dezembro de 2020), acabou em 65 milhões. O atual de 2022, que inicia com o valor do orçamento corrigido de 2021, 65 milhões, corre o risco de ser corrigido durante este ano para 70 Milhões de euros, se não existir capacidade de execução, ou existe dívida?!

Em suma de acordo com os Quadro 12, pág. 60 (execução total da receita) e com o Quadro 19, pág.67 (execução total da despesa) e de um orçamento corrigido em 2021 de 65 milhões, o Relatório de Gestão vem dizer:

- Executou 57 milhões de receita total e executou 52 milhões de despesa total. Ou seja, temos um saldo de 5 milhões de despesa não executados (saldo de gerência).
- Isto é, despesa que deveria ter sido realizada, ou acomodada, e não aconteceu. Transitou para 2022.
- Porque é que sobraram 5 milhões? Qual foi a razão para não terem sido executados? O que é que não foi pago?

Perguntas:

1. Do lado da receita: Então a Câmara previu receber 65 milhões (Orçamento 2021). Mas efetivamente só recebeu, 57 milhões (Relatório de Contas de gerência de 2021), porque é que não recebeu o resto? O que não cobrou? O que não lhe pagaram? Quem são os seus devedores?
2. Do lado da despesa. Se a Câmara previu gastar 65 Milhões, mas só gastou 52 milhões, o que aconteceu com os 13 milhões em falta na execução da despesa orçamentada? O que não fizemos e tínhamos programado? Porque não executamos essas acções e executámos outras? O que executámos mas não pagámos? Quem são os nossos credores, para além das Águas de Lisboa e Vale do Tejo? Em que valor está a dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo?
3. Sabendo isto, ainda é mais grave, se fomos capazes de executar 57 milhões de receita, porque é que só gastámos 52 milhões? Ou seja, daqueles 13 milhões havia capacidade financeira para executar 5 milhões. Porque é que não executámos?

Não podemos terminar sem deixar desde já o alerta e a grande preocupação, com o futuro das contas do Município. Pois iniciamos este ano civil, com o Orçamento para 2022, de 65 milhões, sabendo que algures no tempo, vamos ter de incorporar o saldo de gerência de 2021, no valor de 5 milhões 598 mil euros, conforme quadro nº10, da pág. 58, do Relatório de Gestão de Contas de 2021. Isto assusta-nos porque corremos o sério risco de passarmos para um orçamento de 70 milhões de euros, em 2022!!!

Porque não gastaram este saldo? E agora estamos em condições para o fazer?!

Em suma, o que os Eborenses têm de perceber é que a Câmara não tem dinheiro para executar tudo o que se propõe fazer. Por isso, vão ter de ser feitas escolhas. Opções. E será aqui que o MCE atuará. Propondo prioridades e informando os Eborenses sobre o que se vai fazer, o que se deixou de fazer, o porquê e qual a perspectiva de se vir a concretizar.

O senhor Vereador solicitou ainda que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto do MCE.

O senhor Vereador Alexandre Varela fez a seguinte intervenção:

Antes de mais, permitam-me umas notas breves para recordar que a aprovação destes documentos exige desta Câmara uma avaliação retrospectiva e não prospectiva: a discussão das Opções do Plano e Orçamento já teve lugar como todos sabem e nela participaram. E referir também que o Relatório agora em análise é suficientemente esclarecedor e abrangente.

De resto, os indicadores económicos apresentados são indesmentíveis e representam no fundo o enorme trabalho desenvolvido ao longo dos últimos mandatos no saneamento das contas municipais que, recorde-se, atingiram o equilíbrio orçamental apenas há um par de anos e só foram possíveis com a implementação do Plano de Saneamento Financeiro em 2016. Aliás, foi a partir deste ponto que o Município de Évora voltou a poder candidatar-se a fundos comunitários porque até esses nos estavam vedados, como talvez não saiba o Vereador José Calixto.

Reconhecendo que as dívidas podem e devem ser «geridas», importa salientar que ao longo dos últimos anos a gestão da dívida do Município de Évora assentou fundamentalmente no aumento da receita, na redução das despesas e na negociação de dívida. E sobre este aspeto, salientar que foi possível negociar com todos os credores do Município de Évora. A exceção foi a então empresa Águas do Centro Alentejo que, como é sabido, absorveu dois terços do Programa de

Apoio à Economia Local. Este programa e todas as alterações à autonomia do Município de Évora, nunca antes vistas em democracia, são o cabal reconhecimento da grave situação financeira em que se encontrava esta autarquia.

O ano em análise foi marcado por uma forte pressão a todos os níveis em resultado do combate à pandemia. O Município de Évora foi além das suas competências no apoio à população e às entidades como espelha o relatório. Não obstante, foi neste período que regressaram as subvenções financeiras ao movimento associativo, após 12 anos de interregno. Foi também neste período que se começaram a fazer importantes investimentos em diversas áreas.

Para citar alguns, o Município de Évora aumentou o investimento nos equipamentos educativos da sua competência, repôs capacidade operacional, melhorou e ampliou as condições de trabalho e instalações municipais – de que é exemplo o Edifício Alexandre Herculano – e valorizou os trabalhadores a vários níveis, incluindo com a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, ao contrário da maioria dos municípios do Alentejo Central.

É certo que temos muito a melhorar a vários níveis. Julgo, no entanto, que foram criadas as condições para dar um salto qualitativo e contribuir dentro das nossas competências para a melhoria significativa das condições de vida dos eborenses.

O senhor Presidente começou por referir-se à dívida para dizer que efetivamente é uma questão muito antiga em termos de debate político, no entanto mantém-se atual porque a Câmara Municipal continua a pagar, cerca de € 4,5 milhões de euros por ano, as consequências daquela dívida. De facto, é uma divergência que persiste, mas não podia deixar de a referir e de salientar que a dívida deixada pelo Executivo da CDU, em 2001, não foi de 70 milhões de euros, como diz o PS, que, para obter aquele valor, soma dívida com compromissos o que não tem qualquer fundamento e é completamente errado. Na realidade, a dívida, em 2001, era de 37 milhões de euros, como mostram as Contas do Município. Em 2013, quando a CDU ganhou a Câmara Municipal, a dívida herdada da gestão do PS era efetivamente de 95 milhões de euros como foi demonstrado com documentos dados a conhecer à Câmara e à Assembleia Municipal e referidos nas Prestações de Contas do Município desde 2013. Essa foi a razão porque o Executivo PS, em 2009, deixou de poder dar apoios financeiros ao Movimento Associativo, prejudicando muito clubes e associações sem fins lucrativos. A situação económica e financeira da Câmara continuou a agravar-se após 2009 até se chegar ao ponto do Governo de então, por despacho oficial em 2013, ter declarado o Município em “desequilíbrio financeiro estrutural”, isto é, na prática, declarou o Município em “falência técnica”. O Executivo municipal assinou, então, um contrato de empréstimo, o PAEL. Portanto, a situação económica e financeira do Município era de facto muito grave o que determinou um conjunto de condicionantes, que se refletiram em várias matérias mas sobretudo na incapacidade de investimento e de algumas atividades, impedindo mesmo o Município de cumprir aquilo que eram os seus compromissos básicos, como por exemplo, não pagar às pequenas e médias empresas locais o que afetava a economia local e criava grandes dificuldades, sobretudo, às micro e pequenas empresas.

Por outro lado, houve um período grande de tempo em que não era possível fazer mais dívida por empréstimo, porque careciam do visto do Tribunal de Contas, o que aconteceu até finais de 2020 exatamente porque existia um excesso de endividamento que chegou a atingir € 32,5 milhões de euros, ou seja, não era legalmente nem racionalmente possível contrair mais empréstimos porque efetivamente não havia capacidade para os pagar. Por isso, foi absolutamente necessário conseguir recuperar as contas municipais para garantir o equilíbrio do Município e haver condições para se retomar o investimento que tanta falta fazia a Évora bem como a atividade normal da Câmara.

Relativamente à taxa de execução dos projetos financiados, que tem dado alguma discussão, disse que há um período para aplicar as verbas dos fundos comunitários, o qual está a ser cumprido, por isso não entende a observação feita sobre o assunto.

Quanto ao funcionamento das Comissões e dos Conselhos Municipais, referiu que não podem ser aferidos nos últimos dois anos porque foram extraordinariamente difíceis com a pandemia. Quando era possível convocá-los, verificava-se diversas vezes a não existência de quórum, porque as pessoas não estavam disponíveis para participar, muitas das vezes nem digitalmente. Portanto, é uma situação a ser avaliada quando voltarem a ser convocados os Conselhos Municipais, porque de facto em 2019 sempre que eram convocados havia uma participação muito significativa.

Relativamente à Derrama, disse que de facto em 2020 e 2021 diminuiu, mas recordou que à data a recessão económica foi histórica, ou seja, houve uma quebra de 8% do PIB, em 2020, o que nunca tinha acontecido, por isso não considera o decréscimo daquela taxa uma situação anormal nem que signifique uma quebra estrutural da atividade económica.

Quanto às questões com o pessoal, disse que obviamente há situações que podem e devem ser discutidas, e naturalmente passam por opções, nomeadamente se, se deve ter pessoal contratado ou se fazem aquisição de serviços ao exterior. Cada um terá a sua posição sobre esta questão, mas aquilo que tem vindo a ser feito são as duas situações, quando não é possível ou aconselhável ter trabalhadores contratados. Considerou que o Município deve assegurar o serviço público, sempre que possível com meios próprios.

Relativamente às Águas Vale do Tejo, o senhor Presidente disse que nunca propuseram que a Câmara voltasse a assumir a gestão direta do sistema, mas sim a passagem do sistema multimunicipal para um sistema de parceria pública que existe no Alentejo que é as Águas Públicas do Alentejo.

Era sem dúvida uma passagem que consideravam razoável e aceitável porque englobava as mesmas Entidades que estão no sistema, ou seja, os Municípios, as Águas de Portugal e o Governo, por isso parecia-lhes relativamente simples a passagem de um sistema para o outro, e ainda com algumas vantagens como por exemplo recuperar as competências da Câmara relativamente à matéria, passar a ter capacidade de influenciar a decisão do investimento estratégico nas Águas Públicas do Alentejo e por último porque os valores do contrato são mais baixos, contudo não foi possível concretizar esta questão porque os Governos nunca aceitaram devolver as competências à Câmara.

Relativamente às questões do ambiente referiu ser uma área prioritária onde têm tido muitas atividades como sendo o POCYTIF, a reabilitação do Aqueduto da Água de Prata, a renovação das Piscinas Municipais, entre outros.

Quanto ao investimento de 15 milhões de euros no Parque de Indústria e Aeronáutica, referido pela senhora Vereadora, disse que não pretendia abrir uma discussão sobre o assunto. Ainda assim, esclareceu que só 6 milhões de euros foram o custo do terreno que não foi pago e consequentemente a dívida passou para depois, e foi o Executivo da CDU que teve que negociar, à data, já não com a Fundação Eugénio de Almeida porque esta, por acordo passou para um Banco através de locação financeira, aliás de duvidosa legalidade porque um projeto destes que ultrapassa um ano obrigaria a um visto do Tribunal de Contas. Portanto, foi sem dúvida um problema muito complicado que tiveram para resolver sob o ponto de vista legal.

Recordou, também, que a Câmara já não está em desequilíbrio financeiro estrutural, embora se encontre numa situação financeira que apresenta dificuldades. Contudo, as Contas Municipais já se encontram recuperadas, ou seja, o equilíbrio quer orçamental quer financeiro e económico, neste momento, foi conseguido como consta nos resultados antes das depreciações e dos gastos de financiamento que aparecem na demonstração de resultados.

Quanto ao saldo de gerência referiu que é uma questão puramente financeira, ou seja, não é algo que tenha a ver com gastos financeiros assim como também não o é relativamente às receitas. Contudo, por vezes aparecem saldos de gerência altos porque há verbas que só entram no final do ano, dando como exemplo as rendas da EDP que são pagas trimestralmente e por isso a do último trimestre do ano, por vezes, chega já a terminar o ano, ou como receitas dos fundos comunitários que são recebidas no final do ano.

Referiu-se ainda à obrigatoriedade de haver um valor igual entre despesas e receitas do orçamento e havendo também uma outra exigência que obriga a que sejam cabimentadas e introduzidas no orçamento, do ano, todas as despesas existentes, mesmo aquelas que se sabe que não vão ser pagas no próprio ano. Significa que quanto maior é a dívida, maior é a diferença entre a despesa e a receita reais e daí a necessidade de empolar a receita para que possa corresponder à despesa que já está igualmente empolada no ano.

Disse ainda que, no seu entender, há formas contabilísticas para ultrapassar esta questão e por isso esperava que o novo sistema de contabilidade pudesse retificar esta situação para que se evitasse aquilo que denomina por valor virtual do orçamento e que considera negativo, para todos. Dá uma imagem para o exterior de verbas que em rigor não existem no ano e internamente dificulta o funcionamento e o trabalho, pelo que habitualmente aparece uma rubrica das receitas “outros” ou “diversos” com o valor que falta para acertar a receita. Recordou, por exemplo, que o orçamento de 2013 tinha um valor muito alto de aproximadamente de 117 milhões de euros, exatamente porque tinha que acomodar toda a dívida da Câmara que estava explícita, mas que se sabia que não seria paga, no entanto, o orçamento real era de 40 milhões, portanto, é claro que o desfasamento era enormíssimo, considerando por isso que estas questões têm que ser resolvidas, do ponto de vista técnico, no sistema contabilístico.

Referiu-se também a uma outra obrigação que tem a ver com o dever de cumprir, no mínimo, 85% das receitas o que complica ainda mais a situação porque quanto maior é a dívida menos capacidade há para executar estes valores, ou seja, há uma enorme contradição entre duas obrigações legais que funcionam em sentido contrário. Depois passar esta mensagem para o exterior é extremamente difícil porque poucas pessoas percebem as questões técnicas e estas contradições.

O senhor Vereador José Calixto interveio para esclarecer e questionar em que período é que não houve acesso a fundos comunitários, porque não lhe parece que isso tenha acontecido, ocorreu sim uma obrigação de redução do excesso do endividamento de 5%/10% ao ano. Clarificou ainda que a herança do passivo da gestão comunista em 2005 eram, de facto, 70 milhões de euros considerando passivos e compromissos pois como, e conhecido nestas datas acontecia muitas vezes que os compromissos só se contabilizavam quando eram pagos, como é reconhecido por todos

O senhor Presidente acrescentou que tinha a ver, sobretudo, com o Tribunal de Contas não conceder vistos para as obras.

O senhor Vereador José Calixto referiu que isso acontecia outras dificuldades da autarquia pois, a partir de determinada altura, há um claro excecionamento destes projetos comunitários e a câmara municipal não os executava por opção política.

O senhor Presidente esclareceu que a questão teve a ver exatamente com esse período e posteriormente o Orçamento de Estado ultrapassa essa situação, depois da exigência da Associação Nacional de Municípios, ainda que com algumas limitações.

Quanto à questão da evolução de execução dos fundos comunitários, **o senhor Vereador José Calixto** disse que a informação que têm é que está na ordem dos 60%, o que considera manifestamente baixo.

Por outro lado, os fundos comunitários que vierem a ser afetados por overbooking não irão para Câmaras com um grau de execução tão baixo, porque o objetivo será cumprir os 100% daquilo que é destinado e, naturalmente, não vão ter capacidade para recorrer a fundos que não sendo devolvidos irão em overbooking para outros projetos de outras autarquias mais proactivas em termos de investimento.

Por último, deixou uma nota para dizer que obviamente em relação às contas do início dos mandatos do Partido Socialista vão continuar a utilizar os valores com os mesmos critérios que a CDU utiliza de imputação, porque as dificuldades que surgiram após um período de forte investimento da Câmara tem a ver, também, com esse acumulado de dívida e de compromissos dos anos do Presidente Abílio Fernandes que, mais tarde ou mais cedo, se revelaram também responsabilidades efetivas do Município.

Portanto, lutam apenas pela transparência e verdade histórica uma vez que a dívida, por si só, não tem que ter o carácter que lhe é dado muitas vezes no acalorado debate político de que é uma coisa péssima; tem é que ser criteriosamente constituída a favor de exemplos que existem no Concelho como sendo o acesso a água, promoção externa do território, promoção turística e económica, a habitação entre outros, e neste momento em concreto com 7 milhões de euros de margem, não significa, obviamente, desatar a fazer empréstimos mas sim ter a noção que o ritmo que estão a seguir não é o adequado: esta margem não é compatível com termos ainda munícipes em 2022 sem acesso a água potável de qualidade ou a ter que circular em estradas municipais totalmente degradadas. Assim, mais afirmou que, se estas fossem as contas do atual mandato autárquico, os eleitos pelo PS não teriam condições para as aprovar nem para a abstenção, pelo que considera leal, em termos políticos, deixar claro que há muito trabalho a fazer.

O senhor Presidente referiu que na discussão das Opções do Plano e Orçamento abordaram a questão, e disse que sempre pugnaram para que houvesse capacidade de financiamento, naturalmente que essa capacidade deve ser utilizada para investimento criterioso e que tenha em conta duas questões, ou seja, a resposta às necessidades prementes e ainda salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da Câmara, que podem ser compatibilizadas agora com a recuperação das Contas Municipais.

Salientou ainda que, naturalmente, o Partido Socialista defenderá aquilo que considera ser a sua verdade histórica e a CDU defenderá os valores que demonstrou e que considera ser a sua verdade histórica. Esclareceu, ainda, que quando se refere à dívida não incluiu os compromissos porque não são dívida.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor do Presidente e Vice Presidente (CDU) e do Vereador João Simões (MCE) e 3 abstenções dos Vereadores José Calixto, Lurdes Nico (PS) e Henrique Sim Sim (Mudar Com Confiança), aprovar a proposta do senhor Presidente e submeter a mesma para deliberação da Assembleia Municipal.

Declaração de Voto dos eleitos pela CDU Carlos Pinto de Sá e Alexandre Varela:

“Os eleitos pela CDU votaram favoravelmente a Prestação de Contas de 2021 pelas seguintes principais razões:

A Prestação de Contas de 2021 confirma a recuperação do Município e das Contas Municipais após a situação de “falência técnica” em que a CDU encontrou o Município em 2013. Alguns dados:

- A **dívida global** do Município regista, desde o início do penúltimo mandato (outubro/2013) até 31/12/2021, uma significativa redução global, de menos - **37.961.865,15 € (- 39,9 %)**. Em 2021, a redução global da dívida foi de **-3.161.835,61 €**;



- O **prazo médio de pagamento** a fornecedores que, em junho/2013, atingiu 867 dias, foi reduzido, face a 2013, em - 706 dias, ou seja, em menos 93,5%. Em 2021, face a 2020, houve uma redução de 28 dias;
- O ano de 2021 terminou **sem pagamentos em atraso**.
- O **equilíbrio orçamental** aumentou e apresenta um valor positivo de 6.957.360,71, quando, em 2013, existia um desequilíbrio orçamental negativo de - 9.548.693,31 €. O **saldo orçamental** foi positivo em 9.339.356,46€ quando, em final de 2013, era negativo de - 7.675.842,57 €;
- O **equilíbrio económico** teve alteração de critérios em rubricas do apuramento de resultados, traduzidos na Demonstração de Resultados e no Balanço, pelo que os resultados são diretamente incomparáveis. Por exemplo, na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”, o SNC-AP obriga a diminuir o numero de anos de vida útil dos ativos, passando alguns de 80 anos para 50 anos pelo que os custos de amortização, disparam; no, caso, em 2019, esta rubrica apresentava um valor de € 6.937.661,84 tendo crescido, apenas por alteração de critério, para € 9.478.139,69, isto é, mais € 2.540.477,85. Em 2021, os **“resultados antes de depreciações e gastos de financiamento”** são largamente positivos: € 6.187.348,84; o **“resultado operacional”** devido à pandemia mas, sobretudo, a alteração administrativa imposta pelo SNC-AP, apresenta um valor negativo, de - € 3.290.790,85, o qual se retirado o valor de alteração de critério de € 2.540.477,85, atrás referido, é corrigido para - € 750.313; o **“resultado líquido”** negativo de € 4.393.563,62, se corrigido por aquele valor, é reduzido para - € 1.853.085,77.

A consolidação da tendência positiva verificada desde 2013 exige a resolução do principal fator de desequilíbrio económico que se prolonga: a inserção no sistema multimunicipal de água e saneamento com a empresa AdVT.

- O **limite de endividamento** que, em 2013, apresentava um enorme excesso de € 32,6 milhões de euros. Em 2020, pela primeira vez, desaparece o excesso de endividamento e, pelo contrário, o Município ganha uma capacidade de endividamento. Em 2021, a capacidade de endividamento aumenta para € 7.974.708, mais € 3.025.902, mais 61,1% que em 2020.

O ano de 2021 voltou a ser negativamente marcado pela pandemia COVID-19 que prolongou uma alteração profunda nas nossas vidas, no nosso funcionamento enquanto comunidade e na atividade do Município. O combate à pandemia foi assumido como a grande prioridade e reforçou, até onde necessário, o **Programa Municipal de Emergência COVID-19 / 2021 e o Fundo de Emergência Municipal**, focado na salvaguarda da saúde e da segurança de toda a população do concelho e dos trabalhadores do Município.

O enquadramento político e social de 2021 foi marcado, ainda, pela fortíssima recessão económica, vinda de 2020, que afetou, em particular, as micro, pequenas e médias empresas, fazendo disparar o desemprego e despoletando uma crise social de grandes dimensões. Em 2021, já se registou uma recuperação e Évora teve um comportamento melhor que as médias nacionais e da Região: o desemprego reduziu, a criação de emprego regressou, houve algumas melhorias nos rendimentos disponíveis.

Relevam-se outras condicionantes à ação municipal em 2021: Orçamento de Estado para 2021 não cumpriu integralmente a Lei das Finanças Locais, nomeadamente, quanto à compensação pela isenção de IMI no Centro Histórico; a restrição financeira decorrente dos compromissos para a recuperação das Contas Municipais.

No combate à pandemia COVID-19, foram essenciais as orientações assumidas pelo Município que, em clima de grande instabilidade, de medo coletivo, de tentativas de instrumentalização e populismos, de grande incerteza, foram determinantes para que a generalidade da população olhasse o Município como referência credível de informação e de orientação face à situação pandémica. Destacam-se algumas medidas decisivas assumidas pela Câmara Municipal:

- A continuidade da Estrutura Distrital de Acolhimento COVID-19, em parceria com o ACES/ARS, a Segurança Social, a Proteção Civil distrital, que deu apoio a mais de 120 utentes de todo o distrito;
- A Estrutura Municipal de Apoio ao Hospital, em parceria com o HESE, que evitou a rutura do HESE e deu apoio a mais de 100 doentes de todo o distrito;
- O reforço Programa Municipal de Emergência, suportado no trabalho da Equipa de Coordenação Municipal, e do Fundo de Emergência Municipal que, dotado inicialmente de € 500.000, atingiu € 1.200.000 de apoios diretos;
- As diversas medidas de apoio social e à atividade económica.

Para minorar o impacto da crise económica e apontar à recuperação, a Câmara Municipal reforçou os investimentos municipais e contribuiu para salvaguardar o emprego e dinamizar a atividade económica. Realçam-se os seguintes investimentos:

- A continuação do Programa de Revalorização do Centro Histórico, com os investimentos incluídos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – no valor global de € 9,5 milhões de euros a executar até final de 2023. Salienta-se a requalificação do Palácio D. Manuel com a criação do Centro Interpretativo da Cidade (€ 1,5 milhões de euros), a reabilitação do Teatro Garcia Resende e a requalificação do estacionamento adjacente (€ 1,6 milhões de euros) e a recuperação do Salão Central (€ 2,5 milhões de euros). Recorda-se que uma das componentes deste Plano é o apoio à requalificação de edifícios de instituições e privados, com apoio do IFRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana;
- A continuação dos investimentos na área ambiental como o POCITYF ou a recuperação do Aqueduto da Água de Prata;
- A continuação da requalificação do Parque Escolar e das Piscinas Municipais;
- Os investimentos na área económica como o novo acesso do PITE à rotunda do Br. Almeirim, a aquisição de terrenos no PITE, a conclusão da Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- A continuação dos investimentos em equipamentos sociais como os Centros de Convívio de S. Miguel de Machede, do Bairro de Stº António e da Horta das Figueiras.

Mantiveram-se dificuldades em áreas muito sentidas pela população como a **rede viária** ou a **rede de abastecimento de água**, onde são necessários avultados investimentos que o Município só agora, recuperadas as Contas, começou a ter condições de dar respostas estruturais.

Na “**Évora Participativa**”, a pandemia continuou a impedir o programa participativo presencial, minorado pelo uso de meios digitais. Ainda assim, foi possível garantir a conclusão de importantes processos participativos como o **Plano Municipal de Juventude**, o **Plano Estratégico do Aeródromo** ou o **Plano Estratégico de Évora**, tendo em vista a candidatura a Capital Europeia de Cultura.

Na **Força de Trabalho**, o Município prosseguiu os processos de mobilidade interna valorizando vários trabalhadores, a atribuição pelos valores máximos do Subsídio de Penosidade e Insalubridade, a prossecução de novos concursos de pessoal com vista ao reequilíbrio do Mapa de Pessoal, essencial para a defesa, salvaguarda e melhoria dos serviços públicos.

Houve um reforço das verbas de apoio à descentralização do Município para as Freguesias bem como o acordo que permitirá aumentar em 18% aquele apoio financeiro em 2022.

A Câmara Municipal aumentou os apoios financeiros ao Movimento Associativo, pelo segundo ano após a liquidação do PAEL. Após o corte verificado em 2009, a Câmara Municipal voltou a apoiar financeiramente os Bombeiros Voluntários, os clubes desportivos e as associações juvenis, apoio fundamental no contexto de fragilidade causado pela pandemia.

Na “**Évora Criativa**”, área da cultura e do património, continuou o impacto negativo da pandemia que começou a recuperar lentamente. A Câmara Municipal assegurou os eventos possíveis, prosseguiu programas por via digital, garantiu apoios e procurou minimizar as

consequências da pandemia. Foi concluída e entregue a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura/2027.

Na **área económica** registou, a partir da Páscoa, um progressivo retomar da atividade. Apesar da pandemia, continuaram a registar-se intenções de investimento e investimentos significativos no concelho como a transferência da operação da Mecachrome para Évora, na aeronáutica, o investimento de quase 40 milhões de euros do grupo Hilton em 2 hotéis, os investimentos no agro-alimentar com um Lagar perto da Vendinha, uma Fábrica transformação de nozes junto à Torre dos Coelheiros ou a expansão da fábrica de transformação de amêndoa na Azaruja; ou, ainda os investimentos em energia renovável. Destaque para o investimento numa nova unidade produtiva de componentes elétricos da TE que amplia significativamente a presença daquela empresa estruturante em Évora.

Na “**Évora Solidária**” e na componente *Lutar pela Região e pela coesão regional*, o Município participou em iniciativas e parcerias diversas em prol do Alentejo, com destaque para o combate à pandemia COVID-19 mas, também, outras iniciativas ligadas ao desenvolvimento do Alentejo, como a exigência e colaboração para a construção do Hospital Central do Alentejo, que finalmente iniciou a obra, ou a ligação ferroviária Sines / Évora / Espanha, com o trabalho para garantir um terminal de mercadorias que sirva Évora e a região

Na *Educação Pública para a Cidadania*, continuou o plano de investimentos nas escolas e, ainda, a reivindicação e proposta para a reabilitação urgentes da Escola Secundária André de Gouveia e Escola de Santa Clara, tendo, no atual mandato concretizado uma proposta de disponibilidade da Câmara Municipal para assumir aqueles projetos e aquelas obras e, ainda, a ajuda ao Governo a resolver o problema do amianto naquelas escolas.

No *Combate aos Problemas Sociais*, regista-se o trabalho no âmbito da pandemia COVID-19, com o reforço de estruturas e programas de apoio social e, ainda, o trabalho da Rede Social e das Unidades de Rede, o Plano Integrado de Apoio Social, o regulamento para a melhoria das condições de habitabilidade e o papel da Habévora.

Na área da *Saúde Pública*, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal no âmbito da pandemia, já referido. E, ainda, diversos apoios à população, em particular, a idosos e instituições. Destaca-se ainda a importância da exigência do Município na reabertura das Extensões de Saúde nas freguesias rurais.

Na área do *Desporto*, o Município atribuiu apoios financeiros pela segunda vez desde 2009, o que só foi possível pela recuperação das Contas do Município. Este apoio foi essencial para os clubes e associações minorarem a quebra de receitas.

Na área da *Juventude*, destaca-se a conclusão, com grande participação das associações juvenis do Plano Municipal de Juventude, aprovado por unanimidade no Conselho Municipal de Juventude.

Na “**Évora Sustentável**” refere-se os trabalhos de revisão do PU e da alteração do PDM. Na *habitação*, destaca-se o início da concretização da Estratégia e do Plano Local de Habitação. E, ainda, a elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável, instrumento decisivo para um salto qualitativo na mobilidade, mas, também, na qualidade de vida urbana, apontada aos desafios do futuro como as alterações climáticas.

Na área do *Ambiente e Sustentabilidade*, refere-se os problemas decorrentes da integração do Município no sistema multimunicipal das Águas do Vale do Tejo. Reafirma-se que o problema é político dado que o Governo recusa cumprir a vontade deliberada pelo Município de sair daquele sistema e recuperar as suas legítimas competências nesta matéria. Sublinha-se o problema estrutural, que é nacional, da necessidade de investimento de requalificação das redes de água e saneamento em baixa que continuou sem perspetiva e a penalizar os Municípios que legitimamente pretendem garantir a gestão municipal daquelas redes. Releva-se, ainda, a limpeza e higiene publicas que se deu um importante salto qualitativo para a sua melhoria, ainda que se continuem a registar dificuldades, sobretudo, devido a comportamentos indesejáveis como os depósitos ilegais de lixo, mais de 4.200 em 2021.

Na área da *Proteção Civil e a Segurança*, elogia-se a capacidade e eficácia do Serviço Municipal de Proteção Civil que deu uma resposta excecional no combate à pandemia. Destaca-se o apoio dado aos Bombeiros Voluntários nomeadamente, com a atualização do novo Protocolo cuja valor ultrapassou os 100 mil euros.

Mantiveram baixos níveis de criminalidade, apesar de alguns problemas localizados.

Apesar da pandemia, o Município deu continuidade ao trabalho e investimento noutras áreas, e apesar das dificuldades e problemas identificados, deu um contributo decisivo para a retoma verificada no Município e do concelho, nomeadamente, com a salvaguarda do equilíbrio financeiro e económico e a tendência para melhoria das Contas do Município.

Os eleitos pela CDU saúdam os trabalhadores da Câmara Municipal que asseguraram toda esta intensa atividade, em que o Município deu um importante contributo para salvaguarda da saúde e segurança da população no âmbito da pandemia COVID-19 e para que se retomasse o desenvolvimento e a melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos e de Évora”

Declaração de Voto dos Vereadores eleitos pelo PS José Calixto e Lurdes Nico:

“Começamos por reafirmar o **nosso sentido de responsabilidade na oposição política que desempenhamos por vontade dos Eborenses e de lealdade institucional com que estamos e estaremos na política autárquica**. São estes princípios que sempre nos levarão a honrar o nosso **compromisso com os Eborenses e com Évora**, porque acreditamos que fazer política com elevação é, tão somente, resolver os problemas das pessoas, das empresas e das instituições. É esse o grande compromisso do programa autárquico **Valorizar Évora**.

Assim, os eleitos na Câmara Municipal de Évora pelo Partido Socialista receberam, no **dia 22 de abril**, os relatórios finais das Atividades e de Contas do exercício económico e financeiro de 2021 do Município de Évora, bem como o respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas.

Apesar deste ser um período sobre o qual, maioritariamente, não temos responsabilidades diretas, encaramos o respetivo processo de análise, discussão e deliberação como mais uma oportunidade de fazer valer os argumentos que acreditamos serem os melhores para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Évora. Nunca nos distrairemos com populismos, votando num sentido e argumentando noutros em contrário para, digamos, “agradar simpaticamente a todos”. Acreditamos totalmente na sabedoria do Povo que temos a responsabilidades de ajudar a governar.

Consideramos que este projeto de gestão autárquica comunista não defende minimamente os superiores interesses do Concelho de Évora; apesar disso, reconhecemos que foi aquele que os Eborenses validaram para o mandato autárquico 2017-2021. **Respeitamos democraticamente esse facto, abstendo-nos**. No entanto, **devemos aos Eborenses a exposição da presente declaração de voto**.

Uma primeira referência para o facto do ano 2021, tal como aconteceu em 2020, ter continuado a **ser dramaticamente marcado pela pandemia COVID-19 que tem vindo a martirizar toda a Humanidade**. Enquanto Autarcas, todos democraticamente eleitos pelo Povo, sempre acompanhados pelos trabalhadores do Município de Évora, **estivemos todos do mesmo lado**, a lutar contra perigos desconhecidos, que tiraram a vida a muitos dos nossos concidadãos e, durante boa parte deste tempo pandémico, não tivemos os instrumentos de combate ao vírus que a ciência acabou por nos proporcionar, apesar de tudo, em tempo recorde.

Há pouco tempo era inimaginável que, **enquanto Autarcas, tínhamos que estar na linha da frente a apoiar as nossas comunidades e a lutar contra esta terrível doença**. Agimos em muitas frentes:

- na criação de condições e no encontrar de recursos para que o **Hospital Central do Espírito Santo (HESE) pudesse ter muito mais capacidade de ventilação**, indispensável para salvar muitas vidas humanas;



- no apoio de imediato a toda a comunidade, principalmente os **mais vulneráveis, a terem acesso a equipamentos de proteção individual (EPI's)**, em circunstâncias tremendamente adversas de acesso a este tipo de equipamentos;
- na **aplicação de recursos municipais no processo de testagem precoce em utentes e trabalhadores de ERPI's e UCCI's**;
- no **apoio ao HESE no processo de importação de 20.000 zaragatoas**, sem as quais teríamos um gravíssimo problema logo no início da pandemia;
- na aplicação de recursos municipais no **apoio extraordinário a pessoas, empresas e instituições, principalmente da economia social**, embora possamos discordar do grau de apoio prestado pela CME, pois consideramos que foi claramente insuficiente;
- na **criação de infraestruturas de retaguarda para apoio a ERPI's, na testagem e, finalmente, na vacinação** de toda a população;
- e em tantas outras ações de gestão de crise que o Poder Local teve que executar.

Sentimos uma imensa dor pelas vidas que se perderam, mas também temos a consciência tranquila por todas estas missões que cumprimos, 24 horas por dia. No entanto, este trabalho **teria sido inglório se não tivéssemos ao nosso lado os servidores públicos dedicados que foram todos os TRABALHADORES MUNICIPAIS envolvidos neste combate. A todos muito obrigado pela vossa dedicação**, nestas condições tão perigosas em termos de saúde pública!

Devemos deixar também uma **palavra de incentivo e de saudação à equipa de missão da Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027**, pela passagem à fase seguinte deste processo. Este deve ser um **objetivo estratégico que nos deve mobilizar a todos e pelo qual devemos lutar em uníssono**.

Relativamente à **atividade municipal** respeitamos todo o trabalho executado no presente exercício, mas **separa-nos uma enorme ambição de fazer muito mais e melhor para valorizar o nosso Concelho**.

Temos hoje a noção que o Mundo mudou e Évora estagnou!

Discute-se há décadas a evolução e a responsabilidade da **dívida municipal**, a qual é apresentada **erradamente como motivo para um desaproveitamento histórico de recursos comunitários e nacionais** e de falta de capacidade de investimento e de apoio ao tecido empresarial e ao movimento associativo. Esta gestão comunista da Câmara Municipal de Évora, continua mais interessada em criar narrativas sobre a responsabilidade da sua gestão do que em planear, projetar e executar investimento que permitam atingir um elevado nível de desenvolvimento sustentável para o nosso Concelho.

Relativamente à evolução da dívida municipal, os Autarcas Socialistas nunca abdicarão da verdade, validada pelos sucessivos relatórios do ROC. Assim:

- receberam uma Autarquia em **2005 com 70 milhões de euros** de endividamento e uma gestão comunista de Abílio Fernandes, que deixou obra;
- a gestão das equipas do socialista José Ernesto de Oliveira, continuaram intensamente essa obra e saíram, **em 2013, com 74,6 milhões de euros**, demonstrados tecnicamente pelo relatório do ROC desse ano (*ver página 17 deste documento oficial, onde se confirma que a dívida ajustada, pelo recebimento da verba do PAEL só usada em 2014, deverá ser considerada pelo valor de 74.584.959 euros*); e
- chegamos às contas de **2021 com 57,3 milhões de euros** de dívida municipal, mas sem quaisquer investimentos estruturantes nos últimos 8 anos. A este endividamento deve ser acrescentado, nos termos do novo SNC-AP, o valor de 5 milhões de euros relativos ao contrato de eficiência energética e referido que os compromissos futuros da CME com obrigação se situam nos 57,2 milhões de euros.

Consideramos que a redução de endividamento era necessária. No entanto, ela não foi obtida através de uma forte captação de recursos comunitários e nacionais, como aconteceu em muitos

Municípios. Por esse motivo, temos hoje no nosso Concelho enormes passivos para a vida das pessoas, das empresas e do movimento associativo:

- as nossas vias rodoviárias encontram-se bastantes degradadas;
- o parque escolar está a necessitar de investimentos significativos;
- temos uma gestão urbanística que tem tornado a Câmara Municipal de Évora na principal responsável pela atual situação de falta de habitação no concelho e pela falta de atratividade para alguns investimentos e empresas optarem por Évora;
- verifica-se a ausência de investimentos estruturais em termos de criação de modernas faixas de mobilidade urbana, suave e segura;
- tem sido alarmante o desinvestimento na única Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Cidade e de todo o Concelho;
- existem no nosso Concelho populações sem qualquer qualidade no abastecimento de água para consumo humano (nomeadamente São Manços, Canaviais, Carvalhas);
- verifica-se um acentuado desleixe e degradação na gestão do espaço público;
- constatamos uma forma de gerir a atividade cultural no Conselho pouco transparente, com a Autarquia a querer, vezes demais, substituir-se aos agentes culturais;
- existe uma ausência de ações estratégicas na promoção territorial do concelho, nomeadamente em termos económicos e turísticos.

Tudo por inação, pura opção política e falta de sensibilidade para a urgente e criteriosa resolução destes e de outros graves problemas e atrasos estruturais do Concelho.

A agravar este cenário verifica-se nesta prestação de contas, uma vez mais, um **nível global de aquisição de bens de capital muito aquém dos valores orçamentados, denunciando a fraca execução de participações de fundos comunitários disponíveis, nomeadamente no âmbito do atual programa operacional regional Alentejo 2020**. Com o atual quadro comunitário de apoio quase a terminar, o Município de Évora apresenta uma execução global pouco abaixo de 70%.

É, assim, fácil compreendermos o “empobrecimento” acentuado das contas municipais, reflexo desta falta de investimento municipal.

Os Ativos da Câmara Municipal de Évora situavam-se em **222 milhões de Euros em dezembro de 2013**. Em 2021 registam uma quebra acentuada de 42 milhões de euros (-19%), situando-se ligeiramente abaixo dos **180 milhões de euros**. Este facto, que nunca aparece nas análises da evolução da dívida municipal, **significa que as infraestruturas municipais, para além de não crescerem, estão-se a degradar**.

Igualmente nunca vemos referido que as participações anuais diretas do Orçamento do Estado transferidas para o Município de Évora eram, em média, de cerca de **13 milhões de euros anuais nos anos finais dos mandatos autárquicos socialistas**. A Lei do Orçamento de Estado de 2021 previa um valor de **18,3 milhões de euros**.

Uma referência, apenas contabilística, para o **resultado líquido do exercício de 2021 que voltou a ser negativo em 4.4 milhões de euros**. Nos últimos dois mandatos este indicador foi sempre negativo (exceção para o ano de 2018), **acumulando um valor de 29 milhões de euros negativos**.

Tendo em atenção todos estes termos, como poderíamos votar favoravelmente a prestação de contas de 2021?

Queremos ainda deixar três apelos finais:

- d. **passarmos a ter níveis mais significativos de transparência na informação municipal**, quer a que é fornecida a todos os eleitos locais (já por inúmeras vezes solicitada), quer a que é disponibilizada publicamente;
- e. **a extrema prioridade que deve assumir para a atual gestão autárquica dos dois eleitos da CDU a revisão de documentos estratégicos fundamentais para o concelho**, nomeadamente o PDU, o PUÉ, o Plano de mobilidade, entre outros;



f. a implementação urgente de melhorias significativas no atendimento aos munícipes, empresas, investidores, movimento associativo e outras instituições.

Consideramos, igualmente, fundamental começarem a ser concluídos e apresentados para deliberação da CME, todos os projetos técnicos que permitam aos **Eborenses começarem a ver no terreno o aproveitamento do financiamento de quase 60 milhões de euros de fundos Comunitário e do Governo de Portugal, planeados no Plano Local de Habitação.**

Terminamos com uma **calorosa saudação a todos os trabalhadores municipais** pelo desempenho dedicado e competente ao longo deste difícil ano de 2021”

Declaração de Voto do Vereador João Simões do MCE:

“O Movimento Cuidar de Évora vota favoravelmente ao Relatório de Gestão das Contas da Câmara em 2021, porque entende que os documentos apresentados correspondem àquilo que foi a gestão da Câmara Municipal em 2021, e que já tínhamos verificado. O voto favorável resulta do facto de considerarmos a abstenção como um voto que não é útil à transparência na relação que queremos ter com os nossos munícipes.

De facto pouco ou nada tivemos a ver com a capacidade de execução e gestão das contas do Município porque só tomámos posse no último trimestre do ano 2021, contudo consideramos importante que o nosso voto reflita a nossa posição de não estar na política do faz de conta. Ou seja, o Relatório não reflete a nossa atuação, porque não estivemos presentes, mas reflete exatamente aquilo que foi a nossa avaliação sobre a gestão do Município pela anterior Câmara de maioria CDU, durante a campanha eleitoral.

Se concordamos com as prioridades e escolhas feitas? Não concordamos. Pelo menos com a sua esmagadora maioria. Contudo o Relatório, subscrito pela ROC está legal e reflete exatamente o que sempre transmitimos às pessoas, isto é, a Câmara Municipal encontra-se numa situação financeira grave, estruturalmente deficitária, em cerca de 20 milhões, que se “mascaram” há décadas nos documentos oficiais, porque a lei exige que o saldo das receitas e das despesas, na Administração Pública Local, seja zero.

Numa avaliação global e geral o presente Relatório de Gestão de Contas de 2021, não retira preocupação ao MCE, antes pelo contrário, mantém todas as preocupações e reservas, com a resposta ao desequilíbrio financeiro, estrutural, do Município. Uma das principais condicionantes da ação da Câmara e que continua.

A receita efetivamente cobrada/arrecada em 2021, (cerca de 57 Milhões) é inferior ao orçamentado para este ano 2022 (65 Milhões) em 8 milhões. Agir neste défice, na sua redução, é fulcral para combater o desequilíbrio estrutural da Câmara. Agir neste défice é cortar na despesa corrente e aumentar as receitas efetivamente cobradas pelo Município. Não existe outra forma. Ir à banca, só deveria ser opção se o destino dessas verbas fossem investimento, nunca para pagar despesa corrente, como aconteceu e acontece, por exemplo, com pagamento a fornecedores (PAEL), com destaque para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

É verdade que os números apresentados tentam demonstrar uma condição que no nosso entender não corresponde à realidade, colocando-nos inúmeras interrogações, como a incorporação de Saldos de Gerência: se há saldo de gerência significa que recebemos mais verbas do que as que gastámos, a ser verdade e queremos acreditar que sim, o que aconteceu para não se terem executado todas as receitas?

Outra preocupação: Se começamos um ano com um Orçamento aprovado de 65 milhões (igual ao orçamento corrigido de 2021), que ainda não incorporou o saldo de gerência de 2021 (em cerca de 5 milhões e meio), é sinal que vamos ter, a meio deste ano, um Orçamento de 2022 corrigido de 70 Milhões?!?! Muito preocupante!

A Câmara não executa mais de 5 milhões de despesa programada desde 2020. Isto é, o Orçamento de 2021 inicialmente era de 61 milhões (dezembro de 2020), acabou em 65 milhões. O atual de 2022, que inicia com o valor do orçamento corrigido de 2021, 65 milhões, corre o

risco de ser corrigido durante este ano para 70 Milhões de euros, se não existir capacidade de execução, ou existe dívida?!

Em suma de acordo com os Quadro 12, pág. 60 (execução total da receita) e com o Quadro 19, pág.67 (execução total da despesa) e de um orçamento corrigido em 2021 de 65 milhões, o Relatório de Gestão vem dizer:

- Executou 57 milhões de receita total e executou 52 milhões de despesa total. Ou seja, temos um saldo de 5 milhões de despesa não executados (saldo de gerência).
- Isto é, despesa que deveria ter sido realizada, ou acomodada, e não aconteceu. Transitou para 2022.
- Porque é que sobraram 5 milhões? Qual foi a razão para não terem sido executados? O que é que não foi pago?

Perguntas:

4. Do lado da receita: Então a Câmara previu receber 65 milhões (Orçamento 2021). Mas efetivamente só recebeu, 57 milhões (Relatório de Contas de gerência de 2021), porque é que não recebeu o resto? O que não cobrou? O que não lhe pagaram? Quem são os seus devedores?

5. Do lado da despesa: Se a Câmara previu gastar 65 Milhões, mas só gastou 52 milhões, o que aconteceu com os 13 milhões em falta na execução da despesa orçamentada? O que não fizemos e tínhamos programado? Porque não executamos essas acções e executámos outras? O que executámos mas não pagámos? Quem são os nossos credores, para além das Águas de Lisboa e Vale do Tejo? Em que valor está a dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo?

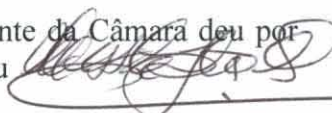
6. Sabendo isto, ainda é mais grave, se fomos capazes de executar 57 milhões de receita, porque é que só gastámos 52 milhões? Ou seja, daqueles 13 milhões havia capacidade financeira para executar 5 milhões. Porque é que não executámos?

Não podemos terminar sem deixar desde já o alerta e a grande preocupação, com o futuro das contas do Município. Pois iniciamos este ano civil, com o Orçamento para 2022, de 65 milhões, sabendo que algures no tempo, vamos ter de incorporar o saldo de gerência de 2021, no valor de 5 milhões 598 mil euros, conforme quadro nº10, da pág. 58, do Relatório de Gestão de Contas de 2021. Isto assusta-nos porque corremos o sério risco de passarmos para um orçamento de 70 milhões de euros, em 2022!!!


Porque não gastaram este saldo? E agora estamos em condições para o fazer?!

Em suma, o que os Eborenses têm de perceber é que a Câmara não tem dinheiro para executar tudo o que se propõe fazer. Por isso, vão ter de ser feitas escolhas. Opções. E será aqui que o MCE atuará. Propondo prioridades e informando os Eborenses sobre o que se vai fazer, o que se deixou de fazer, o porquê e qual a perspectiva de se vir a concretizar.”

II – APROVAÇÃO EM MINUTA: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações da Ordem do Dia da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

Terminada a reunião pelas treze horas e vinte minutos o senhor Presidente da Câmara deu por findos os trabalhos dos quais, para constar, se redigiu a presente ata que eu  Coordenadora de Unidade de Administração Geral redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA


(Carlos Pinto de Sá)